

**ETNOECOLOGIA E RETOMADA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS VAZANTEIROS
NO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO, NORTE DE MINAS GERAIS*.**

***ETHNOECOLOGY AND RESUMPTION OF “VAZANTEIROS” TRADITIONAL
TERRITORIES IN THE MIDDLE SÃO FRANCISCO RIVER, NORTHERN MINAS
GERAIS*.***

Submetido em: 19/07/2013.

Aprovado em: 10/10/2013.

DUQUE-BRASIL¹, Reinaldo; SOLDATI², Gustavo Taboada; DAYRELL³, Luana Santos;
MELLO⁴, Ana Cecília Romano de; COELHO⁵, France Maria Gontijo; SCHAEFER⁶,
Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud.

¹ Doutor em Botânica e Professor da UFJF/Campus Governador Valadares – Av. Dr. Raimundo Monteiro de Rezende, 330 – Governador Valadares, MG, Brasil – CEP 35.010-173 – Email: reinaldo.duque@ufjf.edu.br

² Doutor em Botânica/UFRPE

³ Engenheira Agrônoma/UFV

⁴ Bióloga/UFV

⁵ Doutora em Sociologia e Professora do Departamento de Economia Rural/UFV

⁶ PhD. em Ciências do Solo e Professor do Departamento de Solos/UFV

* Este artigo é fruto de um relatório técnico ambiental elaborado a pedido da comunidade do Pau Preto (Matias Cardoso/MG) como retribuição dos resultados obtidos pelo projeto “Etnobotânica e soberania alimentar no Norte de Minas Gerais: resgate de plantas alimentícias tradicionais entre geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros e quilombolas”, financiado pelo edital Nº559569/2010-6 do CNPq.

Resumo: Este trabalho proporciona uma reflexão sobre o papel da Etnoecologia na luta pela retomada dos territórios tradicionais vazanteiros no Médio Rio São Francisco. Os objetivos deste artigo foram: 1) caracterizar os ambientes que compõem a paisagem ocupada pela comunidade de vazanteiros da Ilha do Pau Preto (Matias Cardoso/MG), bem como sua importância para o manejo do território tradicional, e 2) descrever o histórico dos conflitos socioambientais no Parque Estadual Verde Grande. Verificou-se que os vazanteiros exibem um rico conhecimento sobre o ambiente em que vivem, identificando ao menos sete unidades da paisagem de acordo com suas características distintivas, como recursos naturais típicos e exclusivos, bem como a sua dinâmica temporal e espacial. Os vazanteiros do Pau Preto foram historicamente violados em relação ao uso de seu território tradicional e hoje lutam para retomá-los legalmente através da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Neste contexto,

pesquisas etnoecológicas associadas a estudos históricos e antropológicos podem contribuir para fornecer subsídios técnicos na legitimação das lutas pela retomada dos territórios tradicionais, visando a conservação da biodiversidade integrada à cultura local.

Palavras-chave: Conhecimento Ecológico Tradicional; Conflitos ambientais; Médio Rio São Francisco.

Abstract: This paper provides a reflection on the role of Ethnoecology in the struggle for resumption of traditional territories of the vazanteiros in the Middle San Francisco River. The objectives of this article are: 1) to characterize the landscape environments occupied by the vazanteiros community of Pau Preto Island (Matias Cardoso / MG) and their importance for management of the traditional territory, and 2) to describe the history of environmental conflicts in the Verde Grande State Park. It was found that vazanteiros exhibit a rich knowledge about their environment, distinguishing at least seven landscape units according to their distinguishing characteristics such as typical and unique natural resources, as well as its temporal and spatial dynamics. The vazanteiros of Pau Preto historically been violated in relation to the use of their traditional territory and today struggle to retake them legally through the creation of a Sustainable Development Reserve. In this context, ethnoecological research associated with historical and anthropological studies can provide technical help in legitimizing the struggle to resume the traditional territories aiming to promote biodiversity conservation integrated with the local culture.

Keywords: Traditional Ecological Knowledge; Environmental conflicts; Middle San Francisco River.

INTRODUÇÃO

Quanto à identidade cultural e autodenominação, as comunidades ribeirinhas tradicionais que habitam as margens do Médio Rio São Francisco, vivendo da pesca e cultivando suas vazantes e ilhas, são denominadas “vazanteiros”, “lameiros” ou “barranqueiros”. Habitando a Depressão Sanfranciscana há mais de dois séculos, estas populações acumularam um profundo conhecimento sobre a diversidade biológica e a paisagem local, incluindo o manejo das “vazantes”, “terras altas”, “barrancos” e “ilhas” do Velho Chico (Costa, 2006).

Esta ocupação foi favorecida durante a colonização brasileira pelo grande número de negros fugidos da escravidão que ali se isolavam da população branca. A resistência dos negros à malária tornou possível a habitação das margens do rio, que se apresentavam infestadas de vetores da doença, principalmente na época chuvosa (Costa, 2006, Anaya, 2012).

Dentre estas populações que fundem a origem negra e a forma de vida indígena, caracterizada pela pesca e agricultura de vazante, ambas direcionadas pelos ciclos do rio São Francisco, encontram-se os moradores da Ilha do Pau Preto, no município de Matias Cardoso, MG. Apesar de ocuparem o local há mais de um século, em 1988, foi criado o Parque Estadual Verde Grande (PEVG), uma unidade de proteção integral, sobrepondo-se ao território tradicional da comunidade (Luz Oliveira 2005, Fernandes *et al.* 2010, Anaya, 2012). Como consequência, os moradores do Pau Preto vivem atualmente uma situação de conflito socioambiental, no qual muitos atores sociais estão envolvidos.

Diante do exposto, as principais contribuições apresentadas neste artigo são um acúmulo à descrição da tradição vazanteira e sua relação com ambiente, focando, evidentemente, o conhecimento ecológico local sobre o uso e ocupação do território tradicional da comunidade do Pau Preto. Neste contexto, os objetivos deste trabalho foram: 1) identificar e caracterizar os ambientes que compõem a paisagem ocupada pela comunidade, bem como sua importância para o manejo do território tradicional

vazanteiro; 2) registrar informações sobre o histórico dos conflitos socioambientais no Parque Estadual Verde Grande.

METODOLOGIA

Área de estudo

Os vazanteiros da Ilha do Pau Preto vivem no município de Matias Cardoso/MG, às margens do rio São Francisco. A região da Depressão Sanfranciscana é caracterizada pelas grandes superfícies rebaixadas ao longo do Velho Chico e seus afluentes. Apresenta relevo predominantemente plano, com altitude variando de 430 a 470 metros, e solos geralmente eutróficos, originados de rochas calcárias (Costa, 2006, Fernandes *et al.* 2010, Anaya 2012).

O território tradicionalmente ocupado pelos vazanteiros do Pau Preto corresponde ao interflúvio dos rios São Francisco e Verde Grande, uma região de importância biológica extrema considerada prioritária para conservação da biodiversidade em Minas Gerais (Drummond *et al.* 2005). Por este motivo, foi criado o Parque Estadual Verde Grande em 1998, como medida compensatória dos impactos ambientais provocados pelo Projeto Jaíba. Atualmente, o modo de vida dos vazanteiros da Ilha do Pau Preto está ameaçado, uma vez que perderam o acesso pleno aos recursos em seu território tradicional (Anaya 2012).

Mapeamento comunitário participativo e turnês guiadas

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma oficina participativa, na qual moradores e representantes locais foram incentivados a construir um “mapa comunitário”, ilustrando aspectos importantes acerca de sua noção de espaço, relações sociais e formas de produção e uso dos recursos naturais (Mejía, 2002). Este método favoreceu a aproximação dos parceiros da pesquisa, a familiarização com as categorias êmicas e a identificação inicial das unidades de paisagem reconhecidas localmente, suas características distintivas e formas de manejo.

Durante este momento, alguns informantes locais foram selecionados para realização de turnês guiadas (Albuquerque *et al.* 2010) percorrendo os ambientes identificados no “mapeamento comunitário” (Mejía, 2002). Estes moradores foram selecionados pelos seus pares por apresentarem rico conhecimento sobre o território tradicional do Pau Preto. Durante estas incursões foram realizadas entrevistas informais (Albuquerque *et al.* 2010) para caracterizar as unidades de paisagem reconhecidas e os critérios utilizados para a sua distinção baseado nos seguintes elementos: solo, vegetação, manejo, potencial agrícola e extrativista.

História da comunidade e identidade cultural vazanteira

A partir de uma amostragem intencional (Albuquerque *et al.* 2010), foram selecionados dois moradores para realização de uma entrevista semi-estruturada para aprofundar as informações sobre a identidade vazanteira e o histórico da comunidade. Estes

informantes-chave foram selecionados por se reconhecerem como vazanteiros e por serem referendados como lideranças pelos seus pares. As entrevistas foram gravadas com consentimento dos parceiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da paisagem e manejo do território tradicional da comunidade

Os principais ambientes definidos pelos moradores da comunidade de Pau Preto nas entrevistas foram: “Rio”, “Ilha”, “Vazante”, “Capão”, “Lagadiço”, “Lagoa” e “Caatinga” (Figura 1). Esta classificação local e a distinção das unidades de paisagem seguem critérios como influência da água, topografia e posição no relevo, características do solo e vegetação. Isto evidencia o grande acúmulo de conhecimentos pelos vazanteiros de Pau Preto sobre o ambiente em que vivem.

O Rio São Francisco, e também o Rio Verde Grande, são considerados vitais para os vazanteiros, que vivem em sintonia com sua dinâmica fluvial. Os seus ciclos de “cheia” e “vazante” regulam as atividades de pesca e plantio das roças. Vale a pena ressaltar que os rios São Francisco e Verde Grande, assim como os “lagadiços” e “lagoas” que os conectam durante as cheias, constituem um complexo de unidades de ambientes, não podendo ser compreendidos isoladamente. Por este motivo, Fernandes *et al.* (2010) denominaram esta rede fluvial “Complexo Rio”.

Durante o contato com os moradores da Ilha do Pau Preto, observou-se que o rio é valorizado e respeitado por ser reconhecido como o principal agente de modificação da paisagem, fato esse que se expressa na fala de um vazanteiro: “*Não adianta querer que as coisas sejam sempre do mesmo jeito. Quando o rio quer, ele muda tudo, ‘ranca’ árvore, quebra os barrancos, muda as ilhas. Mas o que ele desfaz em um lugar ele cria em outro. (...) O rio bagunça tudo*” (Representante da comunidade de Pau Preto, 57 anos).

As “Ilhas” são porções de terra separadas das margens por braços do rio. Conseqüentemente, são ambientes fortemente influenciados pela dinâmica fluvial. Pulsos de inundação, mudanças naturais nas correntes do rio e a deposição de sedimentos alteram periodicamente a forma e o tamanho das ilhas. Algumas famílias utilizam a própria Ilha do Pau Preto como local de moradia, mas devido às características do solo e a proximidade do rio, é um ambiente preferido para a chamada “agricultura de vazante” (Ab’Sáber, 2003, Luz Oliveira, 2005). Os principais cultivos nestes ambientes são: milho, feijão-catador, feijão-de-arranque, feijão-andu, abóbora melancia, batata-doce, coentro, pimentão, couve, pimenta, cebola, cebolinha, quiabo, cenoura, beterraba, alface e tomate. Algumas ilhas também são utilizadas como acampamento no período da pesca. Devido a grande variação de sub-ambientes dentro das ilhas, Fernandes *et al.* (2010) trataram esta unidade de paisagem como um complexo de ambientes, denominado “Complexo Ilha”.

Consideradas áreas preferenciais para agricultura, as “Vazantes” são caminhos pelos

quais a água literalmente “vaza” após as cheias, depositando siltes, argilas, areia, matéria orgânica e sementes diversas. Devido a essa forte influência da dinâmica fluvial, as “vazantes” não são indicadas pelos vazanteiros como área de moradia e plantio de quintais. Segundo relatos, “*não vale a pena plantar pé de fruta nas vazantes por que o rio vem e ‘come’ tudo*” (Mulher, 37 anos). Desta forma, as áreas de vazante são utilizadas para plantio de culturas de ciclo curto, mesmo havendo risco de cheias inesperadas: “*plantar é uma tentativa. Na vazante o plantio é mais arriscado. Se o rio vir, ‘come’, e se não vir, a gente come*” (Homem, 67 anos).

Quanto mais próximo ao rio, maior é a diversificação nas características dos solos. Foram reconhecidas cinco classes de solos de acordo com os vazanteiros, sendo que cada uma apresenta formas de manejo específico, e a escolha dos cultivos na *vazante* depende da deposição diferencial de sedimentos arenosos até argilosos: 1) “Terra mais barrenta”, boa para o cultivo de abóbora, caxixa e feijão-catador embora seja preferencialmente indicada para feijão-de-arranque; 2) “Terra de areia fina”, boa para o plantio de amendoim e melancia; 3) “Barro mais fino”, bom para o feijão-de-arranque e milho; 4) “Areia grossa e lavada”, não é indicada para cultivo; 5) “Barro arenoso”, bom para batata-doce e feijão-de-arranque.

Os “Lagadiços” são áreas cobertas por florestas semidecíduas sazonalmente inundáveis sobre solos aluviais, alternando-se com lagoas e capões no interflúvio dos rios São Francisco e Verde Grande. Os “Capões”, do Tupi-Guarani “mata ilhada”, constituem áreas de floresta estacional semi-decídua ou decídua não-inundáveis,

porém cercadas pelos “lagadiços”. Segundo relatos dos vazanteiros, as áreas de capão são alagadas apenas em enchentes de grandes proporções. Durante as entrevistas, observou-se que os vazanteiros descrevem as áreas de “lagadiço” em contraposição às áreas de capão. Estes dois ambientes se alternam, podendo ser distinguidos por suaves desníveis que delimitam as áreas que ficam inundadas e as áreas isentas de alagamento. Os “lagadiços” ocorrem nas partes mais baixas do “Complexo Terra Firme” (Fernandes *et al.* 2010).

As áreas de “lagadiço” não são indicadas para o cultivo de roças, pois segundo os vazanteiros os plantios realizados nessas áreas produzem muito pouco chegando até mesmo a não “vingar”. Portanto, poucos usos atuais foram relatados para estes ambientes. Alguns capões alcançam os barrancos do rio, e geralmente são áreas preferenciais para o estabelecimento de moradias, quintais, criações de pequeno porte e para a agricultura de sequeiro. Por ser um ambiente considerado com menor risco de inundação, os vazanteiros realizam o plantio em área de capão no período das chuvas e optam por culturas mais resistentes a escassez de água. Esse local também é preferencial para o plantio de culturas de ciclo longo (bianuais), ou seja, culturas que “duram mais de um ano na terra”. As roças cultivadas nestes ambientes geralmente são compostas por mandioca, milho, feijão-de-corda e cana.

As “Lagoas” ocorrem principalmente nas porções mais baixas dos “lagadiços”, geralmente acompanhando o Rio Verde Grande. Durante os períodos de cheia, o rio enche as lagoas, renovando sazonalmente a biodiversidade aquática nas lagoas.

Portanto, são áreas de grande importância para manutenção das populações de peixes. Segundo os vazanteiros, as lagoas são “criatórios de peixes” e também eram áreas utilizadas para pesca em pequena escala voltada para consumo familiar.

As áreas denominadas localmente “Caatinga” ocorrem sobre latossolos de origem sedimentar. Estas áreas são revestidas por Florestas Estacionais Decíduas, que são formações sujeitas a longos períodos secos anuais nas quais as árvores encontram-se despidas de folhas, sendo também conhecidas como Matas Secas (Scolforo & Carvalho, 2006, Arruda *et al.* 2013). Na maioria das vezes, as fitofisionomias denominadas regionalmente “caatinga” e “carrasco” correspondem a áreas de Mata Seca em diferentes estágios de regeneração, sob influência do clima semi-árido e apresentando algumas espécies de típicas das caatingas nordestinas.

No passado, estas áreas eram utilizadas para criação de gado “à solta” e plantio de roças durante as chuvas, quando o rio subia e os vazanteiros migravam das “vazantes” para a “caatinga”. Nas épocas secas, com o recuo do rio, eles retornavam para o cultivo das “vazantes”. Ou seja, a ocupação tradicional do território ocorria de maneira sazonal e complementar, sintonizada aos ritmos de inundação do rio. As áreas de caatinga, incluindo onde hoje estão dois grandes pivôs de irrigação, tem um histórico de ocupação pelos vazanteiros, que perderam o acesso pleno ao território tradicional (Anaya, 2012). Atualmente, estas áreas estão sob domínio do Parque Estadual Verde Grande, porém os vazanteiros requerem a retomada destas áreas como parte de seu território tradicional na proposta de criação da RDS Pau Preto (Fernandes *et al.* 2010).



Figura 1. Unidades de paisagem que compõem o território vazanteiro do Pau Preto, Matias Cardoso. A) Rio São Francisco; B-C) Braço do rio que separa a *ilha*; D) Cultivo nas *ilhas*; E) Cultivo nas *vazantes*; F) Cultivo de feijão em áreas de sedimentos argilosos; G) Casa na Ilha do Pau Preto; H) Casa em área de *capão*; I) Quintal em área de *capão*; J) Rio Verde Grande; K) Lagoa do Cachorrinho; L-M)

Lagadiço: Floresta sazonalmente inundável; N) Capão: Floresta estacional semi-decídua; O) Caatinga: Floresta estacional decídua.

Histórico dos conflitos socioambientais no Parque Estadual Verde Grande

De acordo com Fernandes *et al.* (2010), os vazanteiros da comunidade de Pau Preto têm sua identidade tradicional permeada, evidentemente, pelo modo de vida descrito anteriormente, constituída ao longo de um antigo processo histórico de ocupação e uso de um território que compreende as planícies periodicamente inundáveis e áreas de terra firme com solos profundos na região do interflúvio dos rios São Francisco e Verde Grande. Entretanto, durante o processo de regularização fundiária conduzida pela Ruralminas como parte da política agrária estadual entre as décadas de 1940 e 1970, a comunidade perdeu acesso às terras que habitavam, as quais foram ocupadas por fazendas de gado (Luz Oliveira, 2005, Anaya, 2012).

Depois deste processo inicial de expropriação de seu território, os vazanteiros retornaram às suas terras com uma “ajudinha do rio”, nas palavras de nossos interlocutores. Segundo moradores da comunidade, duas grandes enchentes, sendo uma no final da década de 1970 e outra em meados dos anos 1980, causaram enormes prejuízos aos fazendeiros, que abandonaram estas áreas com riscos de inundação, possibilitando o retorno dos vazanteiros à Ilha do Pau Preto.

Entretanto, em 1998 foi criado o Parque Estadual Verde Grande pelo Decreto nº 39.953

como medidas compensatórias aos impactos ambientais causados pelo Projeto Jaíba (Fernandes *et al.* 2010, Anaya 2012). Entretanto, seu planejamento e implantação, como muitas outras unidades de conservação no estado de Minas Gerais, ocorreram sem a devida participação e negociação com as comunidades locais. Este conflito é expresso no seguinte relato de um representante da Ilha do Pau Preto: *“a luta da terra é isso porque eles criaram o parque sem nos comunicar. Eles chegaram aí, olharam aí por cima, aí... e criou o parque e não sabia que tinha essa comunidade aqui dentro. Eles criaram o parque, e fechou, e trancou nós, porque agora nós não podemos trabaiá”* (Homem, 57 anos). Já em 2007 as cerca de 61 famílias que haviam recolonizado suas terras originais receberam uma ordem de despejo acionada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG).

Esta situação pode ser denominada “encurralamento” (Anaya, 2012), quando uma população é privada de totalmente ou parcialmente de seu território, sendo excluída ou comprimida em pequenas áreas. Neste processo, diversas famílias perderam acesso a seus espaços de perpetuação social, locais de plantio, criação de animais, festas, etc. Locais sagrados e de importância simbólica e sentimental foram expropriados. A terra é o local onde as práticas tradicionais se realizam, portanto o território é um elemento essencial na manutenção do modo de vida vazanteiro e, conseqüentemente, de seu conhecimento ecológico local.

Os vazanteiros do Pau Preto defendem que seu modo de vida não é incompatível com a preservação da natureza. Eles reconhecem a importância da agricultura familiar para

a produção de alimentos e a segurança alimentar em escala local e regional, e consideram-se responsáveis pela conservação da biodiversidade. Neste sentido, os vazanteiros lutam pelo reconhecimento de seu território tradicional em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Manga/MG, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e pesquisadores da Unimontes. Como resultado, em 2007, foi apresentada uma proposta inicial ao IEF-MG solicitando a recategorização do Parque Estadual Verde Grande (PEVG) para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Após três anos de negociações, em 2010 foi apresentada uma nova proposta incluindo um plano de manejo e ocupação da área, adequando as exigências do IEF-MG às demandas da comunidade (Fernandes *et al.* 2010). Entretanto, embora as negociações venham sendo conduzidas, ainda não se chegou a um acordo entre as partes. Devido à longa espera pela resolução deste impasse, em julho de 2011 a comunidade do Pau Preto realizou a autodemarcação da área requerida na proposta da RDS, em companhia da CPT, CAA e comunidades parceiras. Em 2012, ocorreu a ocupação da Fazenda Catelda, incluída no território requerido, mas abandonada há anos.

Entre impasses e esperas, o sonho de 105 famílias de três comunidades vazanteiras na região de viverem em seus territórios tradicionais com liberdade vem sendo representado pelo coletivo “Vazanteiros em Movimento”. Esta iniciativa das comunidades e seus parceiros também tem proporcionado um espaço de articulação e divulgação da luta dos vazanteiros na internet, incluindo artigos, fotos e vídeos (<http://vazanteirosemmovimento.wordpress.com>). Entretanto, a luta continua...

O depoimento de um representante da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais resume a atual situação:

A população quer é a retomada do seu território, pra eles poder ser cidadão brasileiro, ter segurança alimentar, preservar a margem do São Francisco. Porque esse pessoal são os guardiões. Eles sabe produzir e preservar, não é igual aquelas grandes empresas que aqui vem e destrói tudo. Tem que fazer área de preservação em outro lugar. Essas unidades de preservação do governo tá expulsando o nosso povo. Isso daqui é o retrato do Brasil que nós temos, dessa política selvagem capitalista que ta aí (Homem, 57 anos).

CONCLUSÕES

Os moradores da comunidade do Pau Preto foram historicamente violados em relação ao uso de seu território tradicional e hoje lutam para retomá-los legalmente. Atualmente eles se reconhecem como vazanteiros e utilizam esta identidade na luta pela retomada de seu território, abarcados pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A identidade local é construída pelas formas de produção agrícola e manejo da paisagem, pela dependência direta dos recursos naturais, especialmente da pesca e da dinâmica fluvial dos rios São Francisco e Verde Grande. Os vazanteiros exibem um rico conhecimento sobre o ambiente em que vivem, distinguindo ao menos sete unidades da paisagem, com características naturais, formas de manejo e potencialidades distintas.

Neste contexto, pesquisas etnoecológicas associadas a estudos históricos e antropológicos podem contribuir para fornecer subsídios técnicos na legitimação das lutas pela retomada dos territórios tradicionais vazanteiros, visando à conservação da biodiversidade integrada às culturas locais no Médio Rio São Francisco.

AGRADECIMENTOS

Aos parceiros da comunidade do Pau Preto, pela vivência, pelo carinho e, principalmente, pela amizade. À companheira Maria Zilah de Mattos, da Comissão Pastoral da Terra de Manga/MG. Ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e à Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais pelo apoio à pesquisa e contribuições para adequação das propostas às demandas locais. Ao CNPq pelo apoio financeiro a esta pesquisa, vinculada ao projeto “Etnobotânica e soberania alimentar no Norte de Minas: resgate de plantas alimentícias tradicionais entre Geraizeiros, Caatingueiros, Vazanteiros e Quilombolas” (559569/2010-6).

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A.N. 2003. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 159 p.

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. & CUNHA, L.V.F.C. (orgs.). 2010. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA.

ANAYA, F.C. 2012. **De "Encurralados pelos Parques" a "Vazanteiros em Movimento": as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental.** Tese de Doutorado em Sociologia. UFMG, Belo Horizonte.

ARRUDA, D. M.; FERREIRA-JÚNIOR, W. G.; DUQUE-BRASIL, R. & SCHAEFER, C. E.G.R. 2013. Phytogeographical patterns of dry forests *stricto sensu* in northern Minas Gerais State, Brazil. **AABC**, 85 (2): 283-294.

COSTA, J.B.A. 2006. Cultura, natureza e populações tradicionais: o sertão norte-mineiro como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, 1 (3): 11-38.

DRUMMOND, G.M., MARTINS, C.S., MACHADO, A.B.M., SEBAIO, F.A. & ANTONINI, Y. **Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua conservação.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. 222p.

FERNANDES, L.A.; DAYRELL, C.A.; LUZ OLIVEIRA, C. & ANAYA, F. 2010. **Proposta de ocupação e uso dos ambientes pelos vazanteiros do Pau Preto: Novos indicativos à proposta da RDS no contexto do diálogo dos vazanteiros de Pau Preto com o Instituto Estadual de Florestas.** Relatório técnico. CAA-NM, UNIMONTES, ICA-UFMG. Matias Cardoso, MG. 36p.

LUZ OLIVEIRA, C. 2005. **Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no norte de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG, Belo Horizonte.

MEJÍA, M.A. 2002. Métodos e instrumentos para la investigación etnoecológica participativa. **Etnoecologica**, 6 (8): 129-143.

SCOLFORO, J.R. & CARVALHO, L.M.T. 2006. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais.** Lavras: UFLA/IEF, 26p.